

Flávio Miranda - BLOCKMANS, Wim (2024), *The Voice of the People? Political Participation before the Revolutions*, Londres, Routledge. ISBN 9781032063942, xviii+440 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 222-225.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1r1

BLOCKMANS, Wim (2024), *The Voice of the People? Political Participation before the Revolutions*, Londres, Routledge. ISBN 9781032063942, xviii+440 pp.

O livro *The Voice of the People? Political Participation before the Revolutions*, de Wim Blockmans, parte de uma premissa muito simples. Considerando que, nos últimos dois séculos, a Europa desenvolveu várias formas de representação política que deram origem aos sistemas de parlamentarismo democrático, o autor questiona de que forma os grupos sociais “burgueses e camponeses” participaram no fenómeno da *medezeggenschap* (participação política ou codecisão) na formação das sociedades, a todos os níveis possíveis — nacional, regional e local —, no espaço europeu, desde as suas primeiras manifestações visíveis, no século XII, até cerca de 1800.

A resposta a esta questão é desenvolvida ao longo de nove capítulos. O primeiro oferece ao leitor um enquadramento institucional e conceptual, seguindo-se um capítulo dedicado à geografia política das comunidades analisadas na obra. Os restantes capítulos são eminentemente temáticos; abordam os intervenientes e a formação de comunidades políticas (capítulo 3); a entrada dos não privilegiados na política, numa perspetiva comparativa que convoca estudos de caso do Norte da Europa, da Toscana, dos Estados Papais e do Sul da Europa (capítulo 4), numa lógica geográfica que se mantém na análise das “vozes das instituições” (capítulo 5).

Analisa, ainda, a relevância da igreja, religiões e poderes regionais, e o papel da reforma enquanto catalisador da emergência das camadas mais baixas da sociedade na participação política (capítulo 6); faz um balanço sobre os ganhos e perdas num período de declínio da representatividade nos séculos XVII e XVIII (capítulo 7) e detém-se na fase de consolidação (e de exclusão) de modelos político-institucionais modernos, numa comparação entre o sistema inglês e do Reino Unido, sueco, irlandês e norte-americano a partir do século XVIII (capítulo 8). No final deste penúltimo capítulo, Blockmans reflete sobre os “poderes ascendentes e descendentes” das sociedades, concluindo que os “interesses particulares” eram sempre o ponto de partida de qualquer negociação, surgindo o bem-estar geral apenas como um acessório de discurso retórico. A este respeito, talvez tivesse sido interessante uma análise de interesses pessoais e coletivos à luz da história institucional, que muito tem contribuído para este debate

Flávio Miranda - BLOCKMANS, Wim (2024), *The Voice of the People? Political Participation before the Revolutions*, Londres, Routledge. ISBN 9781032063942, xviii+440 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 222-225.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1r1

em tempos recentes (veja-se, por exemplo, as conclusões de Sheilagh Ogilvie em *The European Guilds*, publicado em 2019).

O capítulo 9 encerra o livro com uma reflexão sobre até que ponto essa participação se traduziu em eficácia política. As principais conclusões podem resumir-se em três ideias fundamentais: 1) o envolvimento progressivo dos não-privilegiados nos processos de tomada de decisão começou por volta do ano 1100, nos espaços mais densamente urbanizados da Europa; 2) esse processo conheceu três fases distintas, marcadas pela formação e desenvolvimento (1100–1350), consolidação e confrontação (1350–1600) e transformação em sistemas de representação constitucional ou em monarquias fiscais-militares (1600–1848); 3) as instituições e a cultura política das sociedades demoraram a aceitar a participação de grupos não-privilegiados, uma vez que as revoluções foram frequentemente acompanhadas por movimentos de reação e restauração, através dos quais as elites procuraram conservar os privilégios anteriormente detidos. Para além destas conclusões, Blockmans oferece uma análise refinada do pensamento político e da forma como este evolui nas sociedades. Ao discutir as culturas políticas, o autor sublinha que estas se constituem por “um conjunto de visões do mundo, valores, normas, conceitos abstratos e práticas sociais”. O que esta investigação demonstra é que as novas regras e instituições “não mudam a forma de pensar e o comportamento coletivo das pessoas” de um momento para o outro (p. 411).

Wim Blockmans consolida a conclusão ao interpretar as profundas diferenças nas culturas políticas europeias, enraizadas em contextos históricos diversos marcados por relações socioeconómicas, formas distintas de consciência histórica coletiva, valores religiosos e concepções de autoridade. Estes quatro pontos merecem ser destacados nesta revisão. Primeiro, começa por explicar que as relações socioeconómicas desempenharam um papel estruturante na formação dos sistemas políticos, condicionando o grau de participação popular e o tipo de autoridade vigente. Sociedades com maior densidade populacional, urbanização precoce e comércio favoreceram o aparecimento de formas mais abertas de mobilidade, contacto intercultural e circulação de ideias. Estas condições facilitaram, por exemplo, a emergência de universidades, espaços públicos e movimentos culturais mais participativos. Pelo contrário, em regiões marcadas pela ruralidade dispersa, como partes da Europa oriental e mediterrânica, persistiram formas de poder mais autocráticas e estruturas sociais mais rígidas.

Flávio Miranda - BLOCKMANS, Wim (2024), *The Voice of the People? Political Participation before the Revolutions*, Londres, Routledge. ISBN 9781032063942, xviii+440 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 222-225.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1r1

Segundo, a consciência histórica coletiva moldou-se pela acumulação de experiências sociais, tanto positivas como traumáticas. Esta memória partilhada influenciou a disposição das populações para aceitarem ou contestarem formas de autoridade. Onde os camponeses eram livres e participavam em assembleias, desenvolveram-se práticas de resistência e defesa coletiva. Já em regiões marcadas por servidão e repressão — como grande parte da Europa centro-oriental — a obediência era reforçada por narrativas religiosas e um imaginário social de submissão. Terceiro, os valores e a religião também exerceram uma influência duradoura. A Reforma e a Contrarreforma fragmentaram o continente em esferas culturais distintas. Em zonas católicas, como a Península Ibérica ou os Habsburgos, prevaleceu uma disciplina social rigorosa e uma teologia da obediência. Em contrapartida, nas regiões protestantes, destacou-se a leitura individual da Bíblia, a participação comunitária e a ideia calvinista de predestinação, favorecendo culturas políticas mais horizontais e participativas.

Finalmente, a cultura política emergiu da articulação entre estes fatores. Em contextos aristocráticos e com fraca penetração do comércio, a autoridade era exercida por elites distantes, sendo o poder público frequentemente fragmentado. Nos espaços onde se consolidaram o Estado de direito e a soberania negociada, como na Europa Ocidental, as normas políticas evoluíram para formas mais racionais e laicas, mesmo onde subsistiam elementos tradicionais. Esta multiplicidade de experiências explica os contrastes duradouros entre culturas políticas mais inclusivas e participativas e outras marcadas por autoritarismo, hierarquia e exclusão social. É este o enorme legado interpretativo historiográfico deste livro de Wim Blockmans.

Convém, porém, referir que este livro não surge de um vácuo. Wim Blockmans iniciou a sua carreira com uma tese de doutoramento sobre a representação popular flamenga durante o período borgonhês (1384–1506), defendida na Universidade de Gent, em 1973. Posteriormente, entre 1989 e 1992, dirigiu – em colaboração com o francês Jean-Philippe Genet – um projeto financiado pela European Science Foundation, intitulado *The Origins of the Modern State in Europe, 13th–15th Centuries*. Este projeto deu origem a sete volumes publicados pela Oxford University Press, que reúnem investigação de ponta sobre temas como a guerra e a competição entre unidades políticas, o indivíduo na teoria política e na prática, resistência e representação, elites e construção dos estados, legislação e justiça, iconografia e legitimação, bem como sistemas económicos e finanças estatais.

Flávio Miranda - BLOCKMANS, Wim (2024), *The Voice of the People? Political Participation before the Revolutions*, Londres, Routledge. ISBN 9781032063942, xviii+440 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 222-225.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1r1

Antes da publicação desta obra, Blockmans proferiu uma série de conferências em diversos países, nas quais discutiu aspetos específicos do livro. Uma dessas intervenções teve lugar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 12 de outubro de 2016, onde apresentou a palestra “Erosion and Emergence of Citizen’s Political Participation in Medieval Europe” – um evento que coorganizei com Amélia Aguiar Andrade –, na qual procurou inserir as cortes (o parlamento medieval português) num campo de análise comparativo. De facto, no que respeita a Portugal, a obra incide maioritariamente sobre as cortes, acrescentando pouco ao que Armindo de Sousa – amplamente citado – publicou ao longo da sua carreira. Talvez o elemento mais estranho nessa secção comparativa ibérica seja a designação das Guerras Fernandinas como *Ten Years’ War (1371–1380)* – um conceito totalmente ausente da historiografia portuguesa e com uma cronologia algo imprecisa, já que os conflitos se estenderam entre 1369 e 1382, com períodos de paz pelo meio. O caso português só volta a ser mencionado no capítulo 7, num curto parágrafo que refere a continuidade das cortes, com representantes dos três estados, após a Restauração de 1640, e a sua permanência até ao reinado de João V (r. 1707–1750). Esta crítica não retira mérito científico à obra; pelo contrário, a sua existência contribui para inserir a historiografia portuguesa e o caso português num cenário mais amplo de compreensão deste fenómeno à escala internacional.

Por tudo isto, não admira que esta obra se assumia como o corolário natural de décadas de projetos, investigação e debate sobre a temática. Trata-se de uma obra-prima que sublinha a importância do debate entre todos os membros da sociedade para a construção de um Estado de direito justo e eficaz – função académica e social do historiador que se revela vital, especialmente nestes tempos em que as inverdades e a manipulação procuram criar cisões e constranger negativamente as estruturas políticas e institucionais das democracias, cuja edificação demorou séculos a ser conseguida.